



Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

CNPJ/MF nº 32.161.500/0001-00

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia: 1.1. Aos Acionistas: Apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades da Companhia, juntamente com as Demonstrações Financeiras, relativos ao período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2023, acompanhados do relatório dos auditores independentes. **1.2. Apresentação:** A Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A., "CCR ViaSul" ou "Companhia" ou "Concessionária", tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-101, BR-290, BR-386, e BR-448 no estado do Rio Grande do Sul, no trecho da BR-101/RS, entre a divisa SC/RS até o entroncamento com a BR-290 (Osório); da BR-290/RS, no entroncamento com a BR-101(A) (Osório) até o km 98,1; da BR-386, no entroncamento com a BR-285/377(B) (para Passo Fundo) até o entroncamento com a BR-470/116(A) (Canoas); e da BR-448, no entroncamento com a BR-116/RS-118 até o entroncamento com a BR-290/116 (Porto Alegre), totalizando 473,4 quilômetros, nos termos do contrato de concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), em decorrência do leilão objeto do edital de concessão nº 01/2018 ("contrato de concessão"). O Sistema Rodoviário está inserido no Estado do Rio Grande do Sul passando por 36 cidades: Osório, Santo Antônio da Patrulha, Glorinha, Gravataí, Cachoeirinha, Porto Alegre, Esteio, Carazinho, Santo Antônio do Planalto, Victor Graeff, Tio Hugo, Mormaço, Soledade, Fontoura Xavier, São José do Herval, Pouso Novo, Marques de Souza, Forquethina, Lajeado, Estrela, Bom Retiro do Sul, Fazenda Vila Nova, Paverama, Taquari, Tábati, Triunfo, Montenegro, Nova Santa Rita, Canoas, Sapucaia do Sul, Torres, Dom Pedro de Alcântara, Três Cachoeiras, Três Forquilhas, Terra de Areia e Maquiné. O contrato de concessão foi assinado em 11 de janeiro de 2019 e tem duração de 30 anos contados a partir da assunção da rodovia, que teve início em 15 de fevereiro de 2019. A Companhia de Participações em Concessões (CPC, empresa do Grupo CCR) foi a vencedora do leilão cujo critério de julgamento foi o maior desconto ofertado para a tarifa básica de pedágio, respeitando-se a tarifa teto de R\$ 7,24 referenciada a julho de 2018, cujo lance apresentado na proposta econômica foi de R\$ 4,30545 (deságio de 40,53%). As rodovias administradas pela Companhia são de fundamental importância para o processo de desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul. **1.3. Destaques de 2023:** O EBITDA em 2023 cresceu 11% em relação a 2022, totalizando R\$ 280,018. Esse crescimento é explicado pelo aumento da receita de pedágio devido principalmente ao equilíbrio contratual referente às perdas com a pandemia da Covid-19 através do mecanismo contratual denominado de Fator C, aplicável quando verificada a ampliação ou redução de receitas de pedágio ou extraordinárias ou a não utilização das verbas da Companhia que constam no Contrato 001/2019. A principal obra da Companhia é a duplicação da BR-386/RS iniciada em 2021 e, até o ano 18º da concessão será concluída a duplicação de 165 quilômetros entre os municípios de Carazinho/RS e Canoas/RS, abrangendo um dos mais importantes corredores da produção do Rio Grande do Sul. Em 2023 foram entregues 5,4km de duplicação e 6,9 km de vias marginais e foram iniciadas as obras de duplicação do trecho de 25,6km entre os municípios de Soledade/RS e Fontoura Xavier/RS, (km 243+600 ao km 269+200), com previsão de conclusão em fevereiro de 2025. Em 2023 foram entregues as obras de reforço e alargamento de 5 obras de artes especiais - OAEs (Mampituba e Sanga Funda na BR-101, Canal DNOS II Leste e Oeste na BR-290 e Arroio Concórdia na BR-386), e 1 interconexão tipo Parclo no km 98 da BR-290, além das passarelas nos kms 20+000, km 22+500 e km 85+500 da BR-101 e no km 94-900 da BR-290. Estão em andamento as obras de implantação de 4 interconexões na BR-386 (Trombeta no km 354, Trevo completo no km 392, e Parclos no km 427 e 441), 08 interconexões ao longo da BR-101, 2 Acessos no km 3+800 e km 4+100, 4 retornos nos kms 6+850, 9+570, 19+360, e km 31+800, Diamante no km 39+720 e Parclo no km 69+600. Além disso, estão em execução 3 passarelas na BR-290 (km 69+350, km 71+000 e km 98+100), 3 passarelas na BR-386 (km 385+100, km 386+550 e km 436+000), e 7 obras de reforço e alargamento de OAEs na BR-290 (km 74 L/O, km 76 L/O, km 84 O e km 88L/O). Adicionalmente, a Companhia continua a executar obras de restauração de pavimento nas 4 rodovias por ela administradas, inclusive em pavimento de concreto nas BR-101/RS e BR-290/RS, conforme obrigações detalhadas no PER (Programa de Exploração da Rodovia).

2. Desempenho Econômico-Financeiro: 2.1. Desempenhos: Em 2023 a Companhia obteve um aumento no resultado de 4,67% no lucro líquido em relação a 2022, devido principalmente pelo aumento da receita decorrente da retomada da atividade econômica pós pandemia da covid-19.

Em R\$ mil	2023	2022	Δ%
Receita líquida	1.003.021	862.254	16,33%
Receita de pedágio	547.683	470.194	16,48%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	502.608	432.620	16,18%
Outras receitas	251	255	-1,57%
(-) Deduções da receita bruta	(47.521)	(40.815)	16,43%
(-) Custos e despesas (a)	(762.051)	(639.329)	19,20%
Custos de construção (ICPC 01 R1)	(502.608)	(432.620)	16,18%
Demais custos e despesas	(259.443)	(206.709)	25,51%
Resultado antes Resultado Financeiro	240.970	222.925	8,09%
(+/-) Resultado financeiro líquido	(10.932)	18.655	-158,60%
(-) Imposto de renda e contribuição social	(50.791)	(53.550)	-5,15%
Lucro líquido	179.247	188.030	-4,67%
(-) Resultado financeiro líquido	10.932	(18.655)	-158,60%
(+) Imposto de renda e contribuição social	50.791	53.550	-5,15%
EBIT (b)	240.970	222.925	8,09%
Margem EBIT	24,0%	25,9%	-7,08%
(+) Provisão de manutenção	33.628	8.970	274,89%
EBIT Ajustado	274.598	231.895	18,41%
Margem EBIT ajustada (c)	54,9%	54,0%	1,67%
(+) Depreciação/amortização	39.048	29.277	33,37%
EBITDA (b)	280.018	252.202	11,03%
Margem EBITDA	27,9%	29,2%	-4,55%
EBITDA ajustado	313.646	261.172	20,09%
Margem EBITDA ajustada (d)	62,7%	60,8%	3,11%
Dívida líquida s/EBITDA	2,45	-	100,00%
Investimentos (e)	(493.120)	(433.858)	44,87%
Veículos equivalentes (em milhares)	97.141	92.375	5,16%

(a) Custos totais: custos dos serviços prestados acrescidos das despesas gerais e administrativas; (b) Calculados de acordo com a Instrução CVM nº 156/2022; (c) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas receitas líquidas excluindo-se a receita de construção; (d) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção; (e) Os valores dos investimentos correspondem ao desembolso de caixa para o período ocorrido em 2023. **2.1.1. Receita e Mercado:** As tarifas de pedágio cobradas pela Companhia são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. A tarifa vigente, para o período de 7 de abril de 2023 a 14 de fevereiro de 2024 é de R\$ 5,80, conforme deliberação nº 99 de 03 de abril de 2023. Em 2023, o total de veículos pedagiados foi de 55.601.591 ou 97.140.993 em veículos equivalentes bidirecionais nas 7 praças de pedágio, crescimento de 5,2% em relação a 2022.

Em Unidades	2023	2022	Δ%
Veículos leves	42.722.963	39.685.213	7,7%
Veículos pesados (Veq ¹)	54.418.030	52.690.265	3,3%
Total Veículos Equivalentes (Veq¹)	97.140.993	92.375.478	5,2%

A receita operacional da Companhia em 2023, considerando a receita de pedágio, receita acessória e receita de construção, totalizou R\$ 1.050.542.

Valores em R\$ Mil	2023	2022	Δ%
Receita de pedágio	547.683	470.194	16,5%
Receita de construção	502.608	432.620	16,2%
Receitas acessórias	251	255	-1,6%
Receita Bruta Total	1.050.542	903.069	16,3%

Receita operacional: A receita de pedágio em 2023 totalizou R\$ 547.683, um crescimento de 16,5% em relação a 2022, incremento devido ao aumento do tráfego de 5,2%, decorrente da retomada da atividade econômica após pandemia da Covid-19, e pelo reajuste da tarifa básica de pedágio ocorrido em março de 2023, que passou de R\$ 5,20 para R\$ 5,80. **Receita de construção:** No ano 2023 os investimentos com obras de ampliação foram maiores em 16,2% que o ano anterior conforme cronograma do Plano de exploração da Rodovia, estabelecidos no contrato de concessão, descritos no item 2.1.3 Investimentos. **2.1.2. Custos e Despesas Totais:** Os custos totais em 2023 foram de R\$ 762.051 dos quais R\$ 259.443 são custos operacionais e R\$ 502.608 são custos de construção.

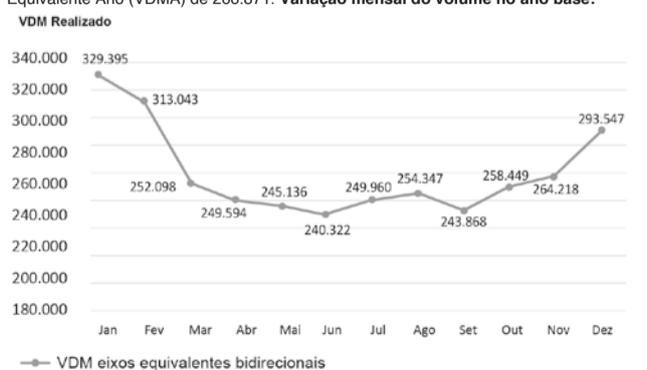
Valores em R\$ Mil	2023	2022	Δ%
Custo de construção	(502.608)	(432.620)	16,2%
Custos e despesas com pessoal	(69.106)	(59.828)	15,5%
Materiais, equipamentos e veículos	(17.677)	(17.171)	2,9%
Serviços de terceiros	(60.824)	(55.647)	9,3%
Custos contratuais	(18.720)	(17.519)	6,9%
Provisão de manutenção	(33.628)	(8.970)	274,9%
Depreciação e amortização	(39.048)	(29.277)	33,4%
Outros custos operacionais	(20.440)	(18.297)	11,7%
Total Custos e Despesas	(762.051)	(639.329)	19,2%

Custo de construção: No ano 2023 os investimentos com obras de ampliação foram maiores em 16,2% que o ano anterior conforme cronograma do Plano de Exploração da Rodovia, estabelecidos no contrato de concessão, descritos no item 2.1.3 Investimentos. **Custo e despesas com pessoal:** No ano 2023, a companhia conta com 821 colaboradores, o custo de pessoal é maior em 15,5% devido ao reajuste anual dos salários e dos benefícios, e aumento de despesas administrativas pelo repasse de custos do CSC - Centro de Serviços Compartilhados. **Materiais, equipamentos e veículos:** Em 2023 a Companhia implantou o sistema de monitoramento do tráfego por câmeras, reduzindo o monitoramento por veículos operacionais resultando na redução de 10% nos custos de combustível. **Serviços de terceiros:** Aumento de 9,3% na manutenção dos equipamentos e sistemas da rodovia, principalmente rede de comunicação viária, manutenção dos radares implantados em 2023, na balança ou posto de pesagem veicular e manutenção no centro de controle operacional - CCO. **Custos contratuais:** São obrigações estabelecidas no contrato de concessão: a verba de fiscalização paga à ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) reajustada anualmente pelo IPCA, e seguros patrimonial (*all risks*) e seguro de responsabilidade civil e garantia. **Provisão de manutenção:** Os custos de manutenção são decorrentes do pavimento provisionados em ciclos de 4 a 4 anos, proporcional ao crescimento do tráfego projetado para o mesmo período. Até 31 de dezembro de 2021 essa provisão considerava o ciclo de manutenção a cada 8 anos, e em 2022 foi registrado uma reversão de provisão. **Depreciação e amortização:** Aumento de depreciação e amortização em 2023 devido as finalizações de obras e investimentos, detalhadas no item 2.1.2 Investimentos. **Outros custos operacionais:** O aumento de 11,7% é principalmente despesas gerais administrativas decorrente dos repasses de custos do CSC - Centro de Serviços Compartilhados. **2.1.3. Investimentos:** Em 2023, os investimentos realizados totalizaram R\$ 527.927, um aumento de 15,8% em relação a 2022. Destacamos a finalização das obras de reforço e alargamento de cinco obras de artes especiais - OAEs (Mampituba e Sanga Funda na BR-101, Canal DNOS II Leste e Oeste na BR-290 e Arroio Concórdia na BR-386), uma interconexão tipo Parclo no km 98 da BR-290, das passarelas nos kms 20+000, km 22+500 e km 85+500 da BR-101 e no km 94+900 da BR-290 além da obra de duplicação e obras de vias marginais da BR386 concluídas 5,4 km em andamento. Estão em andamento as obras de implantação de 4 interconexões na BR-386 (Trombeta no km 354, Trevo completo no km 392, e Parclos nos kms 427 e 441), 08 interconexões ao longo da BR-101, 2 Acessos no km 3+800 e km 4+100, 4 retornos nos kms 6+850, 9+570, 19+360, e km 31+800, Diamante no km 39+720 e Parclo no km 69+600. Além disso, estão em execução 3 passarelas na BR-290 (km 69+350, km 71+000 e km 98+100), 3 passarelas na BR-386 (km 385+100, km 386+550 e km 436+000), e 7 obras de reforço e alargamento de OAEs na BR-290 (km 74 L/O, km 76 L/O, km 84 O e km 88L/O).

Investimentos	2023	2022
Praças de pedágio/bases/SAU/PPV	953	5.793
Serviços no pavimento	179.021	88.503
Sinalização e elementos de proteção e segurança	76.049	61.002
Obras de arte especiais	40.541	9.988
Drenagem e obra de arte corrente	1.221	3.164
Obras de ampliação de capacidade	3.003	392
Obras de implantação de vias, interseção e outros	199.837	255.125
Sistemas e outros imobilizados	27.302	31.994
Total (1)	527.927	455.961

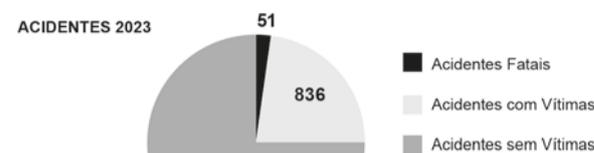
(1) Os investimentos descritos acima, classificados no balanço como imobilizado, intangível e infraestrutura em construção, correspondem aos valores contábeis, ou seja, registrados no momento de competência de cada período.

2.1.4. Captações de Recursos: Em dezembro de 2019, a Companhia assinou um contrato de financiamento junto ao BNDES no montante de R\$ 1.235.198 com remuneração de IPCA + 4,60% a serem liberados em quatro subcréditos até 2032, a fim de viabilizar os investimentos de ampliação e obras de melhorias nas rodovias administradas pela Companhia e, aquisições de equipamentos para operação. Em setembro de 2022, a Companhia captou o montante de R\$ 172.000, e em fevereiro de 2023, o montante de R\$ 50.000, totalizando o valor bruto de R\$222.000 ou R\$206.282 líquido de custo de transação referentes ao IOF e a estruturação da dívida. Em setembro de 2023, a companhia contratou uma dívida complementar junto ao BNDES para viabilizar a continuidade nas obras de ampliação da capacidade de tráfego no total de R\$1.450.000 sendo R\$900.000 subscrição de debênture, coordenada pelo BNDES remuneradas com o IPCA + 6,7% líquidas em 03 de outubro de 2023; R\$300.000 Finem com remuneração de IPCA + 7,78% e R\$ 250.000 de backstop remunerados a IPCA + 9,27%, esse tipo de financiamento fica disponível em caráter facultativo e funciona como um incentivo para que a Concessionária busque alternativas no mercado. **2.1.5. Valor Adicionado:** O valor adicionado líquido a distribuir gerado como riqueza pela Companhia em 2023 foi de R\$ 402.612 e em 2022 foi de R\$ 355.065, representando 40,1% e 41,2% da receita operacional líquida, respectivamente. **2.1.6. Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente. Os dividendos ainda seguem as determinações da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Em 23 de outubro, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração (RCA), foram distribuídos dividendos intermediários no valor de R\$ 51.371 referente aos lucros apurados entre 1º de janeiro e 30 de setembro de 2023. Na mesma data foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$ 17.908 referente ao resultado *pro rata die* de movimentações ocorridas até 30 de setembro de 2022, ambos os pagamentos ocorreram em 27 de outubro de 2023. Em 19 de dezembro, conforme aprovado em RCA, foi aprovado o destaque de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$ 75.865 calculado sobre o patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2022 acrescida ou reduzida de movimentações ocorridas em 2023, exceto quanto ao lucro do próprio exercício. O pagamento aos acionistas ocorrerá conforme vier a ser oportunamente deliberado. **2.1.7. Planejamento Empresarial:** A Companhia acredita no potencial da região em que está inserida, caracterizada como uma das áreas economicamente mais relevantes do Brasil, sendo que sua riqueza é baseada em diversos setores da economia, como indústria automotiva, agropecuária e construção civil. O planejamento empresarial tem se mostrado eficaz ao mapear os objetivos estratégicos e permitir a adaptabilidade e resiliência no enfrentamento de diversos desafios impostos pelas incertezas da pandemia da Covid-19, e na execução das tarefas que levam ao cumprimento dos resultados pactuados com os acionistas da Companhia. Utilizando a criatividade para superar as restrições impostas pela pandemia encontramos novas soluções que são tão eficientes quanto as práticas anteriores, permitindo o maior domínio de todo o processo de gestão empresarial, lapidando os processos e garantindo os resultados diante das adversidades. **2.1.8. Gestão pela Qualidade Total:** Com o compromisso de buscar a melhoria contínua de todos os seus processos, a Companhia realizou em 2023 a Auditoria de Recertificação das certificações ISO 9.001 - Gestão da Qualidade, 14.001 - Gestão de Meio Ambiente e 39.001 - Gestão de Segurança Viária. **2.1.9. Recursos Humanos:** A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Atualmente a Companhia emprega 821 pessoas de forma direta, das quais, 342 pessoas foram contratadas em 2023. **3. Indicadores Operacionais: 3.1. Caracterização do Tráfego: 3.1.1. Volume:** No gráfico a seguir, é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente mensal (VDM), que totalizou um Volume Diário Médio Equivalente Ano (VDMA) de 266.871. **Varição mensal do volume no ano base:**

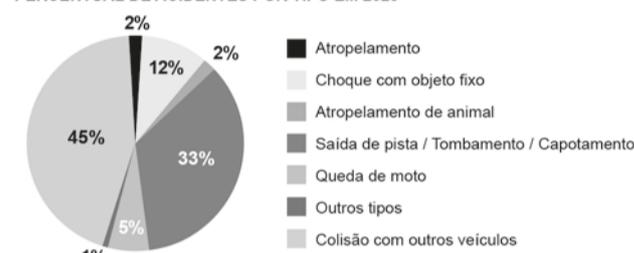


3.2. Segurança no Trânsito: 3.2.1. Acidentes: Os gráficos apresentam as estatísticas dos acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no período em 2023.

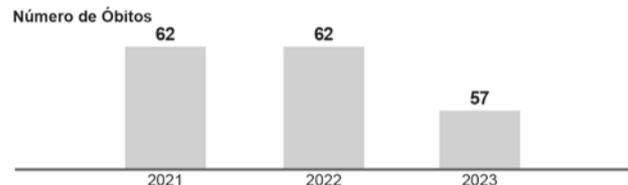
PERCENTUAL DE ACIDENTES POR GRAVIDADE EM 2023:



PERCENTUAL DE ACIDENTES POR TIPO EM 2023



O gráfico demonstra o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia. O número de mortos em 2023 quando comparado a 2022, reduziu 8%.



3.3. Dados de Operação da Concessão: 3.3.1. Veículos Alocados: Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Companhia na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados, a quantidade de veículos é dividida pela extensão (473,4 km) da via sob concessão e o resultado é multiplicado por 100.

Tipos de veículos alocados na concessão	Quantidade	Qtde/100km
Viatura de inspeção	11	3
Guincho leve	13	3
Guincho pesado	4	1
Ambulância Tipo C	10	2
Ambulância Tipo D	4	1
Supervisão	3	1
Pipa	3	1
Munck	2	0
Caminhão boia-deiro	3	1
Cesto aéreo	1	0
Total de veículos operacionais	54	13
Administração	39	8
Pedágio	1	0
Segurança de trabalho	1	0
Manutenção	12	3
Faixa de domínio	0	0
Total de veículos de apoio	53	11
Total	107	24

No exercício de 2023, foram registrados 105.192 atendimentos ao usuário por meio do Sistema de Atendimento ao Usuário (disque CCR ViaSul), um aumento de 8% quando comparado a 2023. **3.3.2. Funcionários Alocados:** São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários diretos alocados pela Companhia na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados, é acrescida uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida e o resultado é multiplicado por 10.000.

Tipos de funcionários alocados na concessão	Qtd	Qtd/VDMA x 10.000
Gerente de comunicação	1	0,04
Gerente operações + coordenador operações	3	0,11
Gerente planejamento e controle	1	0,04
Gerente SGI	1	0,04
Gerente executivo contrato de concessão	-	-
Conservação de rotina	13	0,49
CCO	37	1,39
Engenharia	68	2,55
Tecnologia e manutenção	32	1,20
Administrativo (+ auxiliar serviços gerais)	87	3,26
Tráfego	107	4,01
Arrecadação	429	16,08
Pesagem	42	1,57
Total Geral	821	30,78

3.4. Aspectos Financeiros: Os demonstrativos financeiros anexos ao relatório dos nossos auditores, apresentam o desempenho financeiro da Companhia do último exercício comparado com o exercício anterior. Nos aspectos financeiros, apresentaremos os principais itens das demonstrações financeiras do exercício atual, em 2023, e o acumulado desde o início da concessão em 15 de fevereiro de 2019. **3.4.1. Receita:** O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere à renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados. **3.4.2. Investimentos:**

	Em 2023	Acumulado
Receitas de pedágio	547.683	1.962.294
Receitas acessórias	251	823
Total de receitas	547.934	1.963.117

As tabelas a seguir demonstram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão.

	Em 2023	Acumulado
Adição do intangível	504.794	1.751.505
Aquisição de imobilizado	23.133	148.099
Total dos investimentos (líquidos amortização/depreciação)	527.927	1.899.604

3.4.3. Custos e Despesas Operacionais	Em 2023	Acumulado
Custos Operacionais, exceto Custo de Construção	202.077	666.451
Despesas Operacionais	58.270	179.849
Total Custos e Despesas Operacionais	260.347	846.300

3.4.4.

continuação Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. - CNPJ/MF nº 32.161.500/0001-00

3.4.5 Tarifas: A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo. Valor da tarifa por praça de pedágio em R\$ 5,80 em todas as praças, conforme tabela abaixo:

Praça de pedágio	Categoria de veículos													
	Cobrança	AUTO	4S	3S	2D	3D	4D	5D	6D	7D	8D	9D	10D	MOTO
Três Cachoeiras	5,80	1,00	2,00	1,50	2,00	3,00	4,00	5,00	6,00	7,00	8,00	9,00	10,00	0,50
Santo Antônio da Patrulha	5,80	5,80	11,60	8,70	11,60	17,40	23,20	29,00	34,80	40,60	46,40	52,20	58,00	2,90
Gravatá	5,80	5,80	11,60	8,70	11,60	17,40	23,20	29,00	34,80	40,60	46,40	52,20	58,00	2,90
Montenegro	5,80	5,80	11,60	8,70	11,60	17,40	23,20	29,00	34,80	40,60	46,40	52,20	58,00	2,90
Paverama	5,80	5,80	11,60	8,70	11,60	17,40	23,20	29,00	34,80	40,60	46,40	52,20	58,00	2,90
Fontoura Xavier	5,80	5,80	11,60	8,70	11,60	17,40	23,20	29,00	34,80	40,60	46,40	52,20	58,00	2,90
Vitor Graef	5,80	5,80	11,60	8,70	11,60	17,40	23,20	29,00	34,80	40,60	46,40	52,20	58,00	2,90

3.4.6. Companhia em Números

Dados anuais	VIASUL	Unidade de medida ou comentário
Extensão da rodovia	473,4	Quilômetros
Número de veículos que transitaram	55.601.591	
Veículos leves	42.075.184	(Leve, mais de dois eixos, mais de três eixos)
Veículos isentos	758.540	
Número de praças de pedágios	7	
Tarifa	5,80	Informação detalhada no item 3.4.5
Número de quilômetros mantidos	473,4	Quilômetros por ano
Índice de congestionamento	N/A	Por velocidade média de veículos
Trânsito Médio Diário Equivalente	266.871	Volume do trânsito corrigido por fatores de tipo de veículo
Equipamentos utilizados pelo concessionário	101	Informação detalhada no item 3.3.1
Índices de qualidade de estrada	VRD >= 45 para BR-290/RS	Microtextura (Valor de Resistência à Derrapagem)
	VDR >= 47 para BR-101/386/448/SC	
HS > 0,50		Macrotextura (Profundidade Média de Areia)
Receita de pedágio	547.561	Expresso em milhares de reais

Fator Capital

Despesas de Depreciação	39.048	As taxas de depreciação/amortização estão detalhadas nas notas explicativas 10 e 11, respectivamente
Caixa e equivalentes de caixa	766.753	Incluídas as Aplicações financeiras
Ativo Bruto	2.755.306	
Série Histórica dos Investimentos	1.902.119	Em unidades monetárias
Custo de Oportunidade do Capital	8,47 % a.a.	WACC Regulatório

Fator Trabalho

Número de Trabalhadores	792	Por tipo de atividade e por categoria de trabalho
Operacional	697	
Administrativo	95	
Despesas de Pessoal	69.106	Por tipo de atividade e por categoria de trabalho
Operacional	44.611	
Administrativo	24.495	

Fatores Intermediários

Despesas em Administração	49.548	Em valores monetários, exceto, despesas com pessoal e depreciação
Despesas em Manutenção	14.087	
Outras Despesas	3.572	

Seguridade

Quantidade de Acidentes	3.256
Acidentes c/ vítimas feridas	836
Acidentes s/ vítimas	2.369
Acidentes c/ mortos	51
Vítimas feridas	1.201
Mortos	57

Indicadores

Receita por veículo	R\$ 5,80	Considera receitas operacionais, exceto receita de construção
Custo por veículo	R\$ 2,68	Considera custos e despesas operacionais, exceto custo de construção

Balanco social

	2023	2022
Faturamento bruto	1.050.542	903.069
Receita líquida (RL)	1.003.021	862.254
Resultado operacional (RO)	240.970	222.925
Folha de pagamento bruta (FPB)	69.106	59.828

Indicadores sociais internos

	2023	% Sobre FPB - 2023	% sobre RL - 2023
Alimentação	4.900	7,09%	0,49%
Encargos sociais	18.519	26,80%	1,85%
Previdência Privada	203	0,29%	0,02%
Saúde	3.662	5,30%	0,37%
Capacitação e desenvolvimento profissional	248	0,36%	0,02%
Creches ou auxílio creches	357	0,52%	0,04%
Participação dos lucros ou resultados	9.014	13,04%	0,90%
Outros	5.916	8,56%	0,59%
Total - Indicadores Sociais Internos	42.819	71,57%	4,97%

Indicadores sociais externos

	2023	FPB - 2023	RL - 2023
Tributos (exceto encargos sociais)	107.300	155,27%	10,70%
Total - Indicadores sociais externos	107.300	179,35%	12,44%

Indicadores ambientais

	2023	2022
Investimentos relacionados com a operação da Concessionária:	100	120
Investimentos em programas, relacionados as obras e/ou projetos externos	10.964	2.787
Total de investimentos em meio ambiente	11.064	2.907

Quando ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:

() Não possui metas
() Cumpre de 0 a 50%
() Cumpre de 50 a 75%
(x) Cumpre de 75 a 100%

Indicadores do corpo funcional

Nº de colaboradores ao final do período	2023	2022
Tempo de serviço até seis meses	31%	31%
de seis meses a um ano	11%	17%
entre um e dois anos	23%	18%
entre dois e cinco anos	34%	33%
mais de cinco anos	1%	2%
Nº de admissões durante o período	342	395
Nº de demissões durante o período	466	444
Nº de colaboradores terceirizados	1.583	2.140
Nº de estagiários (as)	3	3
Nº de colaboradores com até 18 anos	7	2
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	223	245
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	460	469
Nº de colaboradores acima de 45 anos	131	106
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	467	479
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	1%	1%
Remuneração paga a mulheres no período	863	853
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	52	57
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0%	0%
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	3	1
Total de horas extras trabalhadas	10.577	3.406
Total de INSS pagos	10.088	7.801
Total de FGTS pago	2.858	2.175
Total de ICMS recolhidos no período	0	0
Total de IR recolhido no período	43.338	39.669
Total de CSLL recolhido no período	16.564	15.065
Total de PIS recolhidos no período	3.564	3.070
Total de COFINS recolhidos no período	16.450	14.170
Total de outros tributos recolhidos no período	27.384	23.460

Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	2,4%	1,2%
Número total de acidentes de trabalho	15	16

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:
() direção
(X) direção e gerências
() todos os colaboradores
(X) direção e gerências
() todos os colaboradores
() todos + CIPA
() não se envolve
(X) segue as normas da OIT
() incentiva as normas da OIT
() direção
() direção e gerências
(X) todos os colaboradores
() direção
(X) direção e gerências
(X) todos os colaboradores
() não são considerados
() são sugeridos
(X) são exigidos
() não se envolve
() apoia
(X) organiza e incentiva

A previdência privada contempla:

A participação nos lucros ou resultados contempla:

Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:

Quando à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:
% de reclamações e críticas solucionadas:
Valor adicionado total a distribuir
Distribuição do Valor Adicionado
% governo
% acionistas
% colaboradores
% terceiros

4. Demais Assuntos: 4.1. Governança Corporativa:

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. O Conselho de Administração é composto por três membros efetivos, dentre os quais um é eleito Presidente. Nossa Diretoria é composta atualmente por dois membros, um Diretor Presidente e um Diretor sem designação específica. Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, são eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia. Compete à Diretoria Executiva a gestão dos negócios sociais, observadas as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração. 4.2. ESG: A sustentabilidade é um tema estratégico do Grupo CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os seus outros públicos de relacionamento. Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança de forma que a sustentabilidade ocorra de maneira transversal ao Grupo CCR, desde o Conselho de Administração até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura do Grupo CCR, estando a gestão desta estratégia a cargo da Diretoria Vice-Presidência de Sustentabilidade, Riscos e Integridade. A atuação do Conselho de Administração, por meio do Comitê de Gente e ESG que o assessora, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem a gestão dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, monitorando o cumprimento do Plano Diretor ESG e identificando questões críticas para fins de aprimoramento, análise de riscos ou que possam ter impacto relevante nos negócios, no relacionamento com stakeholders, na imagem do Grupo CCR e nos seus resultados de curto, médio e longo prazos. Em 2023, seguimos avançando com o desdobramento das ações do Plano Diretor ESG e metas ESG atreladas à remuneração variável dos executivos, que são desdobradas na Companhia. Integramos pela 13ª vez consecutiva a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e do Índice de Carbono Eficiente

(ICO2), ambos da B3. Além disso, conquistamos rating AA no MSCI (Morgan Stanley Capital International), conforme última atualização, e a aprovação das metas de redução de emissões de gases de efeito estufa pela Science Based Targets Initiative (SBTi), tornando-se com essa iniciativa, a primeira empresa do setor de infraestrutura no país a firmar este compromisso público de descarbonização. Ainda, somos Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol (Greenhouse Gas Protocol) desde 2013, alcançando a marca de 10 anos consecutivos. O score do CDP (Carbon Disclosure Project) 2023, não foi disponibilizado até a data de publicação deste Relatório. A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade é decidida de forma colegiada através da diretoria executiva, do comitê de gente e ESG e do Conselho de Administração da CCR S.A. A diretoria executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para os negócios. A responsabilidade pelo planejamento e análise dos projetos de responsabilidade social é do Instituto CCR, também responsável pela gestão do investimento social do Grupo CCR. Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR. Para conhecer as políticas do Grupo CCR, acesse a seção de Governança no site da CCR, no item Políticas, Estatuto, Código de Ética, Acordo de Acionistas e Outros Contratos - CCR. Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual Integrado (RAI), adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela Global Reporting Initiative (GRI) e Sustainability Accounting Standards Board (SASB). Para ler a edição mais recente do Relatório Anual Integrado acesse: <http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>.

4.3. Iniciativas Voluntárias: O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável. Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são: • Pacto Global (Organização das Nações Unidas - ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 princípios a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade; • Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável; • Disclosure Insight Action (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor; • Global Reporting Initiative (GRI): organização multistakeholder que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa; • Sustainability Accounting Standards Board (SASB): os padrões SASB promovem a divulgação de informações materiais de sustentabilidade para atender às necessidades dos investidores, de acordo com cada setor; • Movimento Ambição Net Zero: uma iniciativa do Pacto Global da ONU no Brasil, que apoia empresas a estabelecerem compromissos e metas em relação ao clima. • Science Based Targets Initiative (SBTi): a iniciativa impulsiona ações climáticas ambiciosas no setor privado, permitindo que as organizações estabeleçam metas de redução de emissões com base científica. 4.4. Instituto CCR: O Instituto CCR é uma instituição privada sem fins lucrativos, criada em 2014, para gerar apoio e investimento social do Grupo CCR. O objetivo é ampliar o conceito de mobilidade por meio de iniciativas de educação e cultura, mobilidade e cidades sustentáveis e, saúde e segurança. Está sob responsabilidade do Instituto, a gestão dos projetos incentivados, campanhas, voluntariado e programas proprietários. Em 2023, 3,2 milhões de pessoas foram impactadas direta e indiretamente, 35 unidades do Grupo CCR beneficiadas, 555 municípios impactados e mais de R\$ 54 milhões investidos em ações sociais, contemplando verba direta e incentivo fiscal. O Grupo CCR é o principal apoiador da temporada 2023/2024 do Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, garantindo a gratuidade das visitas locais aos sábados. Desde 2022, a CCR é mantenedora do Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro. Este apoio, permitiu a retomada das entradas gratuitas às terças-feiras, fazendo com que o Museu atingisse a marca de 300 mil visitantes. Além disso, a Companhia patrocina há sete anos a Filopé (Festa Literária Internacional do Lóurino) e a Fundação Casa de Jorge Amado, em Salvador, custeando a entrada gratuita ao centro cultural todas as quartas-feiras. Em 2023, o Grupo CCR se tornou o patrocinador oficial de mobilidade da Flip (Festa Literária Internacional de Paraty), transportando escritores e comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas ao festival, além de promover uma programação gratuita sobre brasilidade, empoderamento feminino e combate às mudanças climáticas. O Grupo CCR se tornou um dos principais patrocinadores do Instituto Tomie Ohtake, polo cultural relevante da cidade de São Paulo. Para celebrar a parceria, a Companhia realizou uma exposição em homenagem à artista plástica que dá nome ao centro cultural. A mostra marca o início do projeto Centenários, em que, periodicamente, o Grupo CCR prestará tributo em seus modais a grandes nomes da cultura brasileira com ações para a difusão do seu legado. O Grupo CCR também assinou uma parceria com o Projeto Portinari para promover uma série de ações culturais em homenagem a Candido Portinari, entre outros, um dos mais importantes pintores brasileiros de todos os tempos. O Caminhos para a Cidadania, programa próprio do Instituto CCR, fechou o ano de 2023 beneficiando mais de 3,9 mil professores em todo o Brasil. Os educadores tiveram acesso à plataforma de cursos da iniciativa, além de materiais de aula e jogos educativos. O programa impactou 232 municípios e 26 estados e o Distrito Federal. O destaque ficou para o Concurso Cultural que selecionou 10 projetos escolares, que receberam recursos em benefício das escolas. O programa Caminhos para a Saúde continuou a sua expansão e ao longo do ano, foram realizadas ações em todas as unidades de Rodovias. No total, foram mais de 52 mil atendimentos e mais de 64 mil procedimentos. Todas as ações contaram com serviços de saúde e bem-estar para a população. O Instituto CCR realizou diversas ações de voluntariado ao longo de 2023. Foram mais de 1,6 mil colaboradores cadastrados, beneficiando mais de 10 mil pessoas de 48 instituições em 12 estados. Saiba mais em www.institutoccr.com.br. 4.5. Considerações Finais: 4.5.1. Auditores Independentes: Em atendimento à determinação da Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não contrataram seus Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

4.5.2. Cláusula Compromissória: A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu Estatuto Social. 4.5.3. Declaração da Diretoria: Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022 conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. 4.5.4. Agradecimentos: Gostariamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Companhia.

Porto Alegre, 29 de fevereiro de 2024.
A Administração.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receitas operacionais líquidas	18	1.003.021	862.254
Custos dos serviços prestados		(704.685)	(592.595)
Custo de construção		(502.608)	(432.620)
Serviços		(51.816)	(46.586)
Custo com pessoal		(44.611)	(40.671)
Provisão de manutenção	16	(33.628)	(8.970)
Depreciação e amortização		(31.802)	(22.651)
Materiais, equipamentos e veículos		(14.087)	(15.752)
Custo com o Poder Concedente		(13.587)	(12.765)
Outros		(12.546)	(12.580)
Lucro bruto		298.336	269.659
Despesas operacionais		(57.366)	(46.734)
Despesas gerais e administrativas		(24.495)	(19.157)
Serviços		(9.008)	(9.061)
Depreciação e amortização		(7.246)	(6.626)
Materiais, equipamentos e veículos		(3.590)	(1.419)
Lei Rouanet, Incentivos audiovisuais, esportivos e outros		(3.852)	(3.726)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(2.113)	(1.373)
Aluguéis de imóveis e condomínios		(1.939)	(920)
Gastos com viagens e estadias		(656)	(410)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	15.1	(457)	(70)
Editais e publicações		(438)	(571)
Outras receitas (despesas) operacionais		(3.572)	(3.401)
Resultado antes do resultado financeiro		240.970	222.925
Resultado financeiro	19	(10.932)	18.655
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		230.038	241.580
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8.1	(50.791)	(53.550)
Lucro líquido do exercício		179.247	188.030
Lucro líquido por ação - básico e diluído (em reais - R\$)	17.6	0,15082	0,15821

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. *continua*

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2023	2022
Circulante		819.230	237.800	Circulante		280.558	138.255
Caixa e equivalentes de caixa	6	447.400	201.608	Debêntures	14	13.187	-
Aplicações financeiras	6	319.353	222	Financiamento	13	1.825	845
Contas a receber das operações	7.1	33.262	23.251	Fornecedores	12	124.394	70.905
Contas a receber de partes relacionadas	9	2.717	2.035	Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	48.005	19.435
Tributos a recuperar		9.442	7.418	Imposto de renda e contribuição social			

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS INTEGRADAS DO SUL S.A. - CNPJ/MF nº 32.161.500/0001-00
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de Reais)*

Table with columns: Nota, Reserva de lucros (Capital social, Legal, Retenção), Dividendo adicional proposto, Lucros acumulados, Total. Rows include Saldos em 1º de janeiro de 2022, Lucro líquido do exercício, Distribuição de dividendos em 28 de abril de 2022, Destinações, Saldos em 31 de dezembro de 2022, and Saldos em 31 de dezembro de 2023.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: A Companhia é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Avenida Paraná, nº 2435, Bairro Navegantes, na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul. A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 14 de fevereiro de 2049, a exploração das Rodovia de Integração do Sul, composto pelas rodovias BR-101, BR-290, BR-386, BR-448 no estado do Rio Grande do Sul, no trecho da BR-101/RS, entre a divisa SC/RS até o entroncamento com a BR-290 (Osório); da BR-290/RS, no entroncamento com a BR-101(A) (Osório) até o km 98,1; da BR-386, no entroncamento com a BR-285/377(B) (para Passo Fundo) até o entroncamento com a BR-470/116(A) (Canoas); e da BR-448, no entroncamento com a BR-116/RS-118 até o entroncamento com a BR-290/116 (Porto Alegre), sendo responsável pela administração de 473,4 km, compreendendo a exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário, nos termos do contrato de concessão 01/2019 celebrado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. A Companhia foi constituída em 21 de novembro de 2018 e iniciou suas operações em 15 de fevereiro de 2019. A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início nas praças da BR-290 em 15 de fevereiro de 2019, na mesma data da assunção da concessão, e nas praças da BR-101 e BR-386 em 9 de fevereiro de 2020, após a conclusão e aprovação das obras e dos serviços denominados "trabalhos iniciais", conforme definido no Programa de Exploração do Lote e poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de fevereiro. Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato: No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. Entretanto, há previsão no contrato de concessão de direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão. O direito do Poder Concedente de rescindir o contrato de concessão da Companhia inclui o desempenho insatisfatório da concessionária e a violação significativa dos termos do referido contrato. O contrato de concessão da Companhia poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Poder Concedente, tais como o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pela Companhia não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado. 1.1. Outras informações relevantes - Processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questões dos contratos de concessão: A Companhia é parte em processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questão do contrato de concessão. Tais processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a Companhia e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a, questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral. As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior, modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração. Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação. As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa. Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura. 2. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Em 29 de fevereiro de 2024, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas notas explicativas: 3.8. Provisão para redução ao valor recuperável (impairment): principais premissas utilizadas na determinação do valor em uso; 7.1. Provisão para perda esperada: principais premissas para determinação do risco de crédito; 8.2. Impostos diferidos: valor de reconhecimento de ativos fiscais diferidos, baseado na disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual poderão ser utilizados; 11. Amortização dos ativos intangíveis: curva de amortização; 15.1. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários: determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso; 16. Provisão de manutenção: estimativa de valor para manutenção futura e taxa de desconto da estimativa; e 20. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo: premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis. 3. Políticas contábeis materiais: As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. 3.1. Moeda estrangeira: Transações com moeda estrangeira: Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de Reais)*

Table with columns: Fluxos de caixa das atividades operacionais, Lucro líquido do exercício, Ajustes por: Imposto de renda e contribuição social diferidos, Depreciação e amortização, Baixa do ativo imobilizado, Constituição da provisão de manutenção, Ajuste a valor presente provisão manutenção, Juros e variação monetária sobre financiamentos e debêntures, Capitalização de custo de empréstimos, Comissão de fianças com partes relacionadas, Depreciação - direito de uso em arrendamento, Constituições líquidas de reversões e atualizações para provisões de riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários, Variação cambial fornecedores estrangeiros, Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento, Resultado de operações com derivativos, Rendimento sobre aplicações financeiras, Variações nos ativos e passivos (Aumento) redução dos ativos, Contas a receber das operações, Contas a receber de partes relacionadas, Tributos a recuperar, Adiantamentos a fornecedores, Despesas antecipadas e outros créditos, Aumento (redução) dos passivos, Fornecedores, Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas, Obrigações sociais e trabalhistas, Impostos e contribuições a recolher, Pagamentos de imposto de renda e contribuição social, PIs e Cofins diferidos, Pagamentos de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários, Obrigações com o Poder Concedente, Outras obrigações, Caixa líquido proveniente das atividades operacionais, Fluxos de caixa das atividades de investimentos, Aquisição de ativo imobilizado, Adições ao ativo intangível, Outros de ativo Imobilizado e Intangível, Aplicações financeiras líquidas de resgate, Resgate / aplicações (conta reserva), Caixa líquido usado nas atividades de investimentos, Fluxos de caixa das atividades de financiamentos, Financiamentos e debêntures, Captações (líquidas de custos de transação), Pagamento de principal e juros, Liquidação de operações com derivativos, Arrendamento, Pagamento de principal e juros, Dividendos e juros sobre capital próprio pagos a acionista controladora, Caixa líquido proveniente nas atividades de financiamento, Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa, Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa, No início do exercício, No final do exercício.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de Reais)*

Table with columns: 2023, 2022. Rows include Lucro líquido do exercício (179.247, 188.030), Outros resultados abrangentes (-, -), Total do resultado abrangente do exercício (179.247, 188.030).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de Reais)*

Table with columns: Nota, 2023, 2022. Rows include Receitas (Receitas operacionais: 18.105.492, 903.069; Juros capitalizados: 4.955), Insunhos adquiridos de terceiros (Custo de construção: 502.608, 432.620; Provisão de manutenção: 16(33.628), (8.970); Custos dos serviços prestados: (90.446), (85.354); Materiais, energia, serviços de terceiros e outros: (22.923), (20.368)), Valor adicionado bruto (405.892), Depreciação e amortização (39.048), Valor adicionado líquido produzido pela Companhia (366.844), Valor adicionado recebido em transferência (Receitas financeiras: 19(35.768), 28.585), Valor adicionado total a distribuir (402.612), Distribuição do valor adicionado (Empregados: Remuneração direta: 40.213, 36.972; Benefícios: 14.711, 11.688; FGTS: 2.858, 2.175; Outras: 1.236, 1.192); Tributos (Federais: 81.135, 78.683; Estaduais: 278, 320; Municipais: 27.404, 23.496); Remuneração de capitais de terceiros (Juros: 51.436, 9.869; Aluguéis: 4.094, 2.640); Remuneração de capitais próprios (Dividendos e juros sobre capital próprio: 17.4 e 17.5(127.236), 154.365; Lucros retidos do exercício: 52.011, 33.665)), Valor adicionado líquido (402.612, 355.065).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. Passivos financeiros: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 3.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São reconhecidos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saldas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação. Aplicações financeiras: Referem-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados. 3.5. Custo de transação na emissão de títulos de dívida: Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concessionária

continuação

ção da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar, para a liquidação dessa transação. **3.6. Ativo imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposito por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. **Depreciação:** A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. **3.7. Ativos intangíveis:** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados: São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil. • Direito de exploração de infraestrutura concedida - vide item 3.15. Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável. **3.8. Redução ao valor recuperável de ativos (impairment): Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As provisões para perdas de ativos financeiros a receber do Poder Concedente ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passa a ser mensurada para a vida inteira do ativo. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego do projeto de infraestrutura detida, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **3.9. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **3.10. Provisão de manutenção - contratos de concessão:** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários. A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. **3.11. Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **3.12. Benefícios a empregados: Planos de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. **Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **3.13. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no limite de 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. - CNPJ/MF nº 32.161.500/0001-00

nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseado-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplan premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactadas pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. **3.14. Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. **3.15. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01- R1/IFRIC 12):** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1)/IFRIC 12, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível. Em função dos contratos de concessão serem executórios, construções de obras de melhoria da infraestrutura são reconhecidas contabilmente apenas quando da sua execução física. Adicionalmente, a Companhia reconhece contabilmente os ativos não monetários oriundos de contratos de concessão firmados com o Poder Concedente relacionados a extensão de prazos decorrentes de reequilíbrios econômicos, onde não existe nenhuma obrigação de performance associada, como ativo intangível pelo seu valor justo, tendo como contrapartida uma receita no resultado. Sobre o valor contabilizado no resultado, constitui-se passivo fiscal diferido decorrente da diferença temporária. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização. **3.16. Informação por segmento:** A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do estado do Rio Grande do Sul e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos). Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia. **3.17. Demonstrações do valor adicionado:** A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) da controladora e consolidado nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional. **3.18. Adoção inicial de normas novas e alterações:** A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2023, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023: • CPC 50/IFRS 17 - Contratos de seguros; • Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 26 (IAS 1) e IFRS Practice Statement 2; • Definição de estimativas contábeis - alterações ao CPC 23 (IAS 8); e • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12). **3.19. Novas normas ainda não efetivas:** Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2023 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CCR: • Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26 (IAS 1); • Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* - alterações ao CPC 06 (IFRS 16); • Passivo não circulante com *covenants* - alterações ao CPC 26 (IAS 1); e • Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) - alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7. **4. Determinação dos valores justos:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Caixa e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseado-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg). Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros: 5.1. Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; c) Risco de taxas de câmbio; d) Risco financeiro e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeita a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 7, 9, 13, 14 e 20. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento das perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 9, 13, 14 e 20. **c) Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. **d) Risco financeiro e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos e debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano e 2 anos	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Financiamentos (a)	12.884	12.857	15.618	18.600	297.600
Fornecedores e outras obrigações	125.041	2.496	18	164	553
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	48.005	-	-	-	-
Obrigações com o Poder Concedente	1.138	-	-	-	-
(a) Valores brutos dos custos de transação.					

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	12.016	19.762
Caixa e bancos	12.016	19.762
Aplicações financeiras (a)	435.384	181.846
Total	447.400	201.608
Aplicações financeiras	2023	2022
Circulante	319.353	222
Aplicações financeiras (a)	315.865	53
Conta reserva (b)	3.488	169
Não circulante	15.541	-
Conta reserva (b)	15.541	-
Total	334.894	222

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 103,32% do CDI, equivalente a 13,54% a.a., em 31 de dezembro de 2023 (102,39 % do CDI, equivalente a 12,73% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2022). (a) Compreende substancialmente aplicações e não alocações em fundo de investimento exclusivo e CDB; e (b) Destinada a atender obrigações contratuais de longo prazo relacionadas a financiamentos (nota explicativa nº 13).

	2023	2022
7. Contas a receber: 7.1. Contas a receber líquidas	33.262	23.251
Contas a receber das operações (a)	33.262	23.251
Total	33.262	23.251

(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária, créditos a receber decorrentes de vale pedágio e créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão.

	2023	2022
7.2. Aging do contas a receber	2023	2022
Idade de vencimentos dos títulos	33.262	23.251
Créditos a vencer	33.262	23.251
Total bruto de provisão para perda esperada	33.262	23.251

8. Imposto de renda e contribuição social: 8.1. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2023	2022
Conciliação do imposto de renda e contribuição social	230.038	241.580
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	230.038	241.580
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	(78.213)	(82.137)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Juros sobre capital próprio	25.794	27.284
Incentivos (cultural, artístico e desporto) relativos ao imposto de renda	2.682	2.132
Despesas indebitáveis	(886)	(653)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(193)	(201)
Outros ajustes tributários	25	25
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(50.791)	(53.550)
Impostos correntes	(59.902)	(54.734)
Impostos diferidos	9.111	1.184
Alíquota efetiva do imposto	22,08%	22,17%

	2023	2022
8.2. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:	2023	2022
Imposto de renda e a contribuição social diferidos	23.435	9.076
Ativo	19.159	6.777
Provisão de manutenção	19.159	6.777
Provisão para participação nos resultados (PLR)	3.055	1.340
Tributos com exigibilidade suspensa - Pis e Cofins	706	340
Arrendamento	106	104
Programa de gratificação de longo prazo	197	368
Outros	212	147
Compensação de imposto ativo	(8.393)	(3.145)
Impostos ativos após a compensação	15.042	5.931
Passivo	(8.393)	(3.145)
Custo de transação de empréstimos	(6.706)	(3.145)
Capitalização de juros	(1.687)	-
Compensação de imposto passivo	8.393	3.145
Impostos passivos após compensação	-	-
Imposto diferido líquido ativo	15.042	5.931
Movimentação do imposto diferido	2023	2022
Saldos em 1º de janeiro	5.931	4.747
Reconhecimento no resultado	9.111	1.184
Saldos em 31 de dezembro	15.042	5.931

9. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras, profissionais-chave da Administração e outras partes relacionadas.

	2023			2022				
	Controladora	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total
Saldos								
Ativo	-	39	564.846	564.885	-	12	90.429	90.441
Bancos conta movimento	-	-	562.148	562.148	-	-	11	11
Aplicações financeiras	-	-	10	10	-	-	88.372	88.372
Contas a receber	-	39	2.678	2.717	-	12	2.023	2.035
Outros créditos	-	-	10	10	-	-	23	23
Passivo	64.486	45.013	2.992	112.491	17.908	19.383	52	37.343
Fornecedores e contas a pagar	-	45.013	2.992	48.005	-	19.383	52	19.435
Juros sobre capital próprio	64.486	-	-	64.486	17.908	-	-	17.908

continua

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. - CNPJ/MF nº 32.161.500/0001-00																	
continuação	2023			2022			Cronograma de desembolsos (não circulante)			2023							
	Transações	Contro- ladora partes rela- indireta cionadas	Outras partes rela- cionadas	Total	Contro- ladora partes rela- indireta cionadas	Outras partes rela- cionadas	Total	2025	2026	2027							
Custos/despesas - serviços de transporte de valores	-	(1.033)	(1.033)	-	(183)	(183)	-	2028	2029 em diante	(-) Custo de transação	2.567	5.566	8.911	9.238	202.787	(12.601)	216.468
Custos/despesas - serviços prestados - CSC	-	-	-	-	(1.624)	(1.624)	-	A Controladora indireta CCR, até o completion total, obriga-se a manter índice Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,5, apurado anualmente, com data base em 31 de dezembro, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas. Em relação à Companhia, esta deverá apresentar ICSD igual ou superior a 1,2, Índice de Cobertura "Manutenção" sobre o Serviço da Dívida (inclui a realização da provisão de manutenção) igual ou superior a 1 e apresentação do índice PL/Ativo maior ou igual a 0,2. O resgate antecipado é permitido mediante aprovação do BNDES. Não há quebra de <i>covenants</i> relacionados aos financiamentos.									
Custos/despesas - doações	-	(1.137)	(1.137)	-	(2.069)	(2.069)	-	14. Debêntures									
Custos/despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	(203)	(203)	-	(95)	(95)	-	Séries			Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo	Vencimento final	Custos de Saldos dos transação	custos a	2023	
Custos/despesas - serviços especializados e consultorias	-	(72)	(72)	-	-	-	-	1ª Emissão - Série única			IPCA + 6,70 a.a.	6,695% (a)	Outubro de 2048	6.263	6.089	915.924	(b) (c) (d)
Custos/despesas - material de informática	-	(4)	(4)	-	-	-	-	Total						6.089	915.924		
Despesas de prestação de garantias em emissões de dívidas	(4.210)	-	(4.210)	(521)	-	-	-	Circulante									
Despesas financeiras - juros, variações cambiais e monetárias	-	(7)	(7)	-	(1)	(1)	-	Debêntures									
Imobilizado/intangível	-	-	-	819	-	-	-	Custos de transação									
Receita de venda de ativo imobilizado	-	348	348	-	-	-	-	Total geral									
Receitas de aplicações financeiras	-	19.524	19.524	-	3.345	3.345	-	(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR;									
Repasso de custos e despesas - CSC (*)	(37.734)	-	(37.734)	(20.430)	-	(20.430)	-	Garantias: (b) Alienação fiduciária; (c) Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios; e (d) Fiança corporativa da CCR em condição suspensiva, no caso de término antecipado do contrato de concessão.									
Repasso de custos e despesas de colaboradores	(104)	248	144	(81)	(313)	(394)	-	Cronograma de desembolsos (não circulante)									
(*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou o pagamento de R\$ 15.314 referente aos repasses de custos e despesas com a controladora indireta CCR S.A.																	
9.1. Profissionais-chave da administração: Despesas com profissionais-chave:				2023				2022									
Remuneração (a)				(203)				3.228									
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa				-				1.455									
Outros benefícios:				-				1.000									
Provisão para remuneração variável do ano				-				722									
(Reversão)/Complemento de provisão de PPR do ano anterior pago no ano (b)				(203)				49									
Previdência privada				-				2									
Seguro de vida				-				-									
Saldos a pagar aos profissionais chave da Administração				2023				2022									
Remuneração dos administradores (a)				-				1.113									
(a) Em 31 de dezembro de 2023, não há remuneração da Administração, pois os administradores são os mesmos de outras partes relacionadas do Grupo CCR. Em 31 de dezembro de 2022, contempla o valor de remuneração fixa e variável atribuído aos membros da administração e diretoria; e (b) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram efetuados pagamentos de provisão de PPR no montante de R\$ 797. Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 12 de abril de 2023, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.000, incluindo salário, benefícios, remuneração variável pagas no ano e contribuição para seguridade social.																	
9.2. Taxas contratuais de transações com partes relacionadas:				2023				2022									
Taxas remuneração - garantias				(4.210)				(521)									
1,20% a.a.				(4.210)				(521)									
Total				(4.210)				(521)									
10. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento																	
	Imobilizado						Imobilizações em andamento										
	Móveis e utensí- lios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamen- tos opera- cionais	Total em operação	Total	Imobiliza- ções em andamento	Total									
Saldo em 1º de janeiro de 2022	1.149	16.840	6.901	44.892	69.782	45.168	114.950										
Adições	(135)	(3.055)	(3.429)	(5.425)	(12.044)	22.594	10.550										
Baixas	(1)	(10)	(88)	-	(99)	(11)	(110)										
Transferências	4	3.587	5.61	8.597	12.749	(13.173)	(424)										
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.017	17.362	3.945	48.064	70.388	54.578	124.966										
Custo	1.348	22.400	14.427	57.325	95.500	54.578	150.078										
Depreciação acumulada	(331)	(5.038)	(10.482)	(9.261)	(25.112)	-	(25.112)										
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.017	17.362	3.945	48.064	70.388	54.578	124.966										
Adições	-	-	-	-	-	36.008	36.008										
Baixas	-	(6)	(330)	-	(336)	-	(336)										
Transferências	67	1.629	66	10.914	12.676	(12.676)	-										
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	148	-	-	148	-	148										
Depreciação	(141)	(3.404)	(2.599)	(6.543)	(12.687)	-	(12.687)										
Saldo em 31 de dezembro de 2023	943	15.729	1.082	52.435	70.189	77.910	148.099										
Custo	1.415	24.166	12.911	68.239	106.731	77.910	184.641										
Depreciação acumulada	(472)	(8.437)	(11.829)	(15.804)	(36.542)	-	(36.542)										
Saldo em 31 de dezembro de 2023	943	15.729	1.082	52.435	70.189	77.910	148.099										
Taxa média anual de depreciação %																	
Em 31 de dezembro de 2023	10	12	21	10													
11. Intangível e infraestrutura em construção																	
	Intangível				Infraestrutura em construção												
	Exploração da infraestrutura concedida	Sistemas informatizados em andamento	Sistemas informatizados em andamento	Total em operação	Infraestrutura em construção	Total do intangível											
Saldo em 1º de janeiro de 2022	616.942	1.036	522	618.500	213.496	831.996											
Adições	-	-	4.037	4.037	429.330	433.367											
Transferências	108.383	1.683	(1.259)	108.807	(108.383)	424											
Amortização	(16.290)	(390)	-	(16.680)	-	(16.680)											
Outros	(3)	-	-	(3)	(2.393)	(2.396)											
Saldo em 31 de dezembro de 2022	709.032	2.329	3.300	714.661	532.050	1.246.711											
Custo	744.357	2.956	3.300	750.613	532.050	1.282.663											
Amortização acumulada	(35.325)	(627)	-	(35.952)	-	(35.952)											
Saldo em 31 de dezembro de 2022	709.032	2.329	3.300	714.661	532.050	1.246.711											
Adições	-	-	3.982	3.982	525.811	529.793											
Transferências	322.312	184	(184)	322.312	(322.312)	-											
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	(148)	(148)	-	(148)											
Amortização	(24.194)	(621)	-	(24.815)	-	(24.815)											
Outros	-	-	-	-	(36)	(36)											
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.007.150	1.892	6.950	1.015.992	735.513	1.751.505											
Custo	1.066.669	3.140	6.950	1.076.759	735.513	1.812.272											
Amortização acumulada	(59.519)	(1.248)	-	(60.767)	-	(60.767)											
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.007.150	1.892	6.950	1.015.992	735.513	1.751.505											
Taxa média anual de amortização %																	
Em 31 de dezembro de 2023	(a)	20															
(a) Amortização pela curva de benefício econômico. Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 4.955 em 31 de dezembro de 2023. A taxa média de capitalização no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de 0,92% a.a. (custo dos financiamentos dividido pelo saldo médio de financiamentos).																	
Infraestrutura em construção: O montante de infraestrutura em construção em 31 de dezembro de 2023, refere-se, principalmente, às obras detalhadas a seguir:																	
Principais obras																	
Duplicação da BR-386 entre o km 324+100 e km 340+400																	
Implantação de faixas adicionais e vias marginais																	
Restauração de pavimento da rodovia																	
Implantação de passarelas, dispositivos de segurança e de sinalizações																	
1ª Intervenção das Obras de Arte Especiais																	
12. Fornecedores				2023				2022									
Circulante				124.394				70.905									
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)				86.869				50.700									
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)				32				174									
Cauções e retenções contratuais (b)				37.493				20.031									
Não circulante				3.231				5.909									
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)				3.231				-									
Cauções e retenções contratuais (b)				-				5.909									
Total geral				127.625				76.814									
(a) Os saldos referem-se principalmente aos fornecedores de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação; e (b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.																	
13. Financiamento																	
	Taxas contratuais		Taxa efetiva do custo de transação		Custos de transação		Saldos dos custos a apropriar										
	(% a.a.)		(% a.a.)		incorridos		2023		2022								
Instituições financeiras											2023						
BNDES (Subcrédito A - 1º desembolso)	IPCA + 4,598216 a.a.	5,1913% (a)	Dezembro de 2043	4.902	4.512	97.239	71.330	(b) (c) (d)									
BNDES (Subcrédito B - 1º desembolso)	IPCA + 4,598216 a.a.	5,3949% (a)	Dezembro de 2043	4.501	4.067	74.063	92.338	(b) (c) (d)									
BNDES (Subcrédito B - 2º desembolso)	IPCA + 4,598216 a.a.	5,9391% (a)	Dezembro de 2043	5.336	5.052	46.991	-	(b) (c) (d)									
Total				13.631				218.293				163.668					
Circulante				2023				2022									
Empréstimos e financiamentos				1.825				845									
Custos de transação				2.855				1.506									
Não Circulante				(1.030)				(661)									
Empréstimos e financiamentos				216.468				162.823									
Custos de transação				229.069				171.404									
Total geral				218.293				163.668									
(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Operações com mais de uma série/tranche estão apresentadas pela taxa média ponderada. Garantias: (b) Cessão de contas bancárias, indenizações e recebíveis; (c) Garantia real; e (d) 100% aval/ fiança corporativa da Controladora indireta CCR S.A. não remunerado.																	
14. Debêntures																	
	Taxas contratuais		Taxa efetiva do custo de transação		Custos de transação		Saldos dos custos a apropriar										
	(% a.a.)		(% a.a.)		incorridos		2023		2022								
Séries											2023						
1ª Emissão - Série única	IPCA + 6,70 a.a.	6,695% (a)	Outubro de 2048	6.263	6.089	915.924	(b) (c) (d)										
Total				6.089				915.924									
15. Riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.																	
15.1. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários: A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) experiência anterior referente às quantias reivindicadas:																	
	Cíveis		Trabalhistas e previdenciários		Total												
Saldo em 31 de dezembro de 2022	46	99	145														
Constituição	6.847	669	7.516														
Reversão	(12)	-	(12)														
Pagamentos	(6.496)	(577)	(7.073)														
Atualização de bases processuais e monetária	11	15	26														
Saldo em 31 de dezembro de 2023	396	206	602														
15.2. Processos com prognóstico de perda possível: A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.																	
	Cíveis e administrativos		Trabalhistas e previdenciários		Total												
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.129	493	1.622														
Constituição	1.129	493	1.622														
Ajuste a valor presente	2.788	-	2.788														
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.200	63	1.263														
As taxas nos exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022, para o cálculo do valor presente, são de 9,24% a.a. e 9,64% a.a., respectivamente.																	
17. Patrimônio líquido: 17.1. capital social: O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.188.456, representado por 1.188.456.196 de ações ordinárias. 17.2. Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. 17.3. Reserva de retenção de lucros: Foi constituída em razão de retenção de lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. A retenção foi fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Ordinária. 17.4. Dividendos: Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Em 12 de abril de 2023, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 48.421, correspondentes a R\$ 0,040742772150 por ação, à totalidade do saldo da conta de dividendo adicional proposto em 31 de dezembro de 2022, pagos em 23 de outubro de 2023. Em 23 de outubro de 2023, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 51.370, correspondentes a R\$ 0,04325228550 por ação, à totalidade do saldo da conta de dividendo adicional proposto em 31 de dezembro de 2022, pagos na mesma data. Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos																	

